

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
(Processo Administrativo nº3364)

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - Aquisição eventual, futura e parcelada de conjuntos (calça e blusa) de agasalhos de moletom infantil e adulto, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | QUANT | UN | COD | DESCRIÇÃO | VL.UNT ESTIMADO | VL. TOTAL ESTIMADO |
|------|-------|----|--------|--|-----------------|--------------------|
| 01 | 75 | UN | 45612 | CONJUNTO DE AGASALHO ADULTO UNISSEX(BLUSA E CALÇA), AMBOS CONFECCIONADO EM MOLETOM FLANELADO. MODELAGEM TRADICIONAL, QUE ACOMPANHA AS LINHAS DO CORPO COM MUITO CONFORTO. BLUSA COM MANGA LONGA COM PUNHO TUBULAR, CAPUZ COM CORDÃO DE AJUSTE, BOLSOS FRONTAIS FUNCIONAIS E FECHAMENTO POR ZÍPER, CALÇA CONFECCIONADA EM MOLETOM FLANELADO DE ELÁSTICO NA CINTURA COM BOLSO. COMPOSIÇÃO :100% ALGODÃO, TAMANHO G | R\$ 58,00 | R\$ 4.350,00 |
| 02 | 75 | UN | 138789 | CONJUNTO DE AGASALHO ADULTO UNISSEX(BLUSA E CALÇA), AMBOS CONFECCIONADO EM MOLETOM FLANELADO. MODELAGEM TRADICIONAL, QUE ACOMPANHA AS LINHAS DO CORPO COM MUITO CONFORTO. BLUSA COM MANGA LONGA COM PUNHO TUBULAR, CAPUZ COM CORDÃO DE AJUSTE, BOLSOS FRONTAIS FUNCIONAIS E FECHAMENTO POR ZÍPER, CALÇA CONFECCIONADA EM MOLETOM FLANELADO DE ELÁSTICO NA CINTURA COM BOLSO. COMPOSIÇÃO : 100% ALGODÃO, TAMANHO GG | R\$ 62,00 | R\$ 4.650,00 |
| 03 | 50 | UN | 138788 | CONJUNTO DE AGASALHO ADULTO UNISSEX(BLUSA E CALÇA), AMBOS CONFECCIONADO EM MOLETOM FLANELADO. MODELAGEM TRADICIONAL, QUE ACOMPANHA AS LINHAS DO CORPO COM MUITO CONFORTO. BLUSA COM MANGA LONGA COM PUNHO TUBULAR, CAPUZ COM CORDÃO DE AJUSTE, BOLSOS FRONTAIS FUNCIONAIS E FECHAMENTO POR ZÍPER, CALÇA CONFECCIONADA EM MOLETOM FLANELADO DE ELÁSTICO NA CINTURA COM BOLSO. COMPOSIÇÃO : 100% ALGODÃO, TAMANHO M | R\$ 62,00 | R\$ 3.100,00 |



| | | | | | | |
|----|----|----|--------|---|-----------|--------------|
| 04 | 50 | UN | 138787 | CONJUNTO DE AGASALHO ADULTO UNISSEX(BLUSA E CALÇA), AMBOS CONFECCIONADO EM MOLETOM FLANELADO. MODELAGEM TRADICIONAL, QUE ACOMPANHA AS LINHAS DO CORPO COM MUITO CONFORTO. BLUSA COM MANGA LONGA COM PUNHO TUBULAR, CAPUZ COM CORDÃO DE AJUSTE, BOLSOS FRONTAIS FUNCIONAIS E FECHAMENTO POR ZÍPER, CALÇA CONFECCIONADA EM MOLETOM FLANELADO DE ELÁSTICO NA CINTURA COM BOLSO. COMPOSIÇÃO : 100% ALGODÃO, TAMANHO P | R\$ 62,00 | R\$ 3.100,00 |
| 05 | 30 | UN | 45616 | CONJUNTO DE AGASALHO INFANTIL FEMININO, AMBOS CONFECCIONADO EM MOLETOM FLANELADO, CALÇA COM BOLSO TRASEIRO E ELASTICO E BLUSA COM GOLA REDONDA OU COM CAPUZ COM CORDÃO DE AJUSTE, COM PUNHO NA MANGA E NA CINTURA. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: 01 ANO | R\$ 53,34 | R\$ 1.600,20 |
| 06 | 70 | UN | 45617 | CONJUNTO DE AGASALHO INFANTIL FEMININO, AMBOS CONFECCIONADO EM MOLETOM FLANELADO, CALÇA COM BOLSO TRASEIRO E ELASTICO E BLUSA COM GOLA REDONDA OU COM CAPUZ COM CORDÃO DE AJUSTE, COM PUNHO NA MANGA E NA CINTURA. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: 02 ANOS | R\$ 53,34 | R\$ 3.733,80 |
| 07 | 40 | UN | 45619 | CONJUNTO DE AGASALHO INFANTIL FEMININO, AMBOS CONFECCIONADO EM MOLETOM FLANELADO, CALÇA COM BOLSO TRASEIRO E ELASTICO E BLUSA COM GOLA REDONDA OU COM CAPUZ COM CORDÃO DE AJUSTE, COM PUNHO NA MANGA E NA CINTURA. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: 04 ANOS | R\$ 54,44 | R\$ 2.177,60 |
| 08 | 90 | UN | 45621 | CONJUNTO DE AGASALHO INFANTIL FEMININO, AMBOS CONFECCIONADO EM MOLETOM FLANELADO, CALÇA COM BOLSO TRASEIRO E ELASTICO E BLUSA COM GOLA REDONDA OU COM CAPUZ COM CORDÃO DE AJUSTE, COM PUNHO NA MANGA E NA CINTURA. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: 06 ANOS | R\$ 54,44 | R\$ 4.899,60 |
| 09 | 90 | UN | 45623 | CONJUNTO DE AGASALHO INFANTIL FEMININO, AMBOS CONFECCIONADO EM MOLETOM FLANELADO, CALÇA COM BOLSO TRASEIRO E ELASTICO E BLUSA COM GOLA REDONDA OU COM CAPUZ COM CORDÃO DE AJUSTE, COM PUNHO NA MANGA E NA CINTURA. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: 08 ANOS | R\$ 63,24 | R\$ 5.691,60 |



| | | | | | | |
|----|----|----|-------|--|-----------|--------------|
| 10 | 90 | UN | 45625 | CONJUNTO DE AGASALHO INFANTIL FEMININO, AMBOS CONFECCIONADO EM MOLETOM FLANELADO, CALÇA COM BOLSO TRASEIRO E ELASTICO E BLUSA COM GOLA REDONDA OU COM CAPUZ COM CORDÃO DE AJUSTE, COM PUNHO NA MANGA E NA CINTURA. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: 10 ANOS | R\$ 52,79 | R\$ 4.751,10 |
| 11 | 30 | UN | 45628 | CONJUNTO DE AGASALHO INFANTIL MASCULINO, AMBOS CONFECCIONADO EM MOLETOM FLANELADO, CALÇA COM BOLSO TRASEIRO E ELASTICO E BLUSA COM GOLA REDONDA OU COM CAPUZ COM CORDÃO DE AJUSTE, COM PUNHO NA MANGA E NA CINTURA. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: 01 ANO | R\$ 52,79 | R\$ 1.583,70 |
| 12 | 70 | UN | 45629 | CONJUNTO DE AGASALHO INFANTIL MASCULINO, AMBOS CONFECCIONADO EM MOLETOM FLANELADO, CALÇA COM BOLSO TRASEIRO E ELASTICO E BLUSA COM GOLA REDONDA OU COM CAPUZ COM CORDÃO DE AJUSTE, COM PUNHO NA MANGA E NA CINTURA. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: 02 ANOS | R\$ 52,79 | R\$ 3.695,30 |
| 13 | 40 | UN | 45631 | CONJUNTO DE AGASALHO INFANTIL MASCULINO, AMBOS CONFECCIONADO EM MOLETOM FLANELADO, CALÇA COM BOLSO TRASEIRO E ELASTICO E BLUSA COM GOLA REDONDA OU COM CAPUZ COM CORDÃO DE AJUSTE, COM PUNHO NA MANGA E NA CINTURA. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: 04 ANOS | R\$ 52,79 | R\$ 2.111,60 |
| 14 | 90 | UN | 45633 | CONJUNTO DE AGASALHO INFANTIL MASCULINO, AMBOS CONFECCIONADO EM MOLETOM FLANELADO, CALÇA COM BOLSO TRASEIRO E ELASTICO E BLUSA COM GOLA REDONDA OU COM CAPUZ COM CORDÃO DE AJUSTE, COM PUNHO NA MANGA E NA CINTURA. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: 06 ANOS | R\$ 52,79 | R\$ 4.751,10 |
| 15 | 90 | UN | 45635 | CONJUNTO DE AGASALHO INFANTIL MASCULINO, AMBOS CONFECCIONADO EM MOLETOM FLANELADO, CALÇA COM BOLSO TRASEIRO E ELASTICO E BLUSA COM GOLA REDONDA OU COM CAPUZ COM CORDÃO DE AJUSTE, COM PUNHO NA MANGA E NA CINTURA. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: 08 ANOS | R\$ 52,79 | R\$ 4.751,10 |



| | | | | | | |
|----|----|----|--------|--|-----------|--------------|
| 16 | 90 | UN | 45637 | CONJUNTO DE AGASALHO INFANTIL MASCULINO, AMBOS CONFECCIONADO EM MOLETOM FLANELADO, CALÇA COM BOLSO TRASEIRO E ELASTICO E BLUSA COM GOLA REDONDA OU COM CAPUZ COM CORDÃO DE AJUSTE, COM PUNHO NA MANGA E NA CINTURA. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: 10 ANOS | R\$ 57,19 | R\$ 5.147,10 |
| 17 | 50 | UN | 45626 | CONJUNTO DE AGASALHO INFANTIL/JUVENIL UNISSEX, AMBOS CONFECCIONADO EM MOLETOM FLANELADO, CALÇA COM BOLSO TRASEIRO E ELASTICO E BLUSA COM GOLA REDONDA OU COM CAPUZ COM CORDÃO DE AJUSTE, COM PUNHO NA MANGA E NA CINTURA. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: 12 ANOS | R\$ 57,19 | R\$ 2.859,50 |
| 18 | 50 | UN | 45627 | CONJUNTO DE AGASALHO INFANTIL/JUVENIL UNISSEX, AMBOS CONFECCIONADO EM MOLETOM FLANELADO, CALÇA COM BOLSO TRASEIRO E ELASTICO E BLUSA COM GOLA REDONDA OU COM CAPUZ COM CORDÃO DE AJUSTE, COM PUNHO NA MANGA E NA CINTURA. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: 14 ANOS | R\$ 57,19 | R\$ 2.859,50 |
| 19 | 50 | UN | 138790 | CONJUNTO DE AGASALHO INFANTIL/JUVENIL UNISSEX, AMBOS CONFECCIONADO EM MOLETOM FLANELADO, CALÇA COM BOLSO TRASEIRO E ELASTICO E BLUSA COM GOLA REDONDA OU COM CAPUZ COM CORDÃO DE AJUSTE, COM PUNHO NA MANGA E NA CINTURA. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO, TAMANHO: 16 ANOS | R\$ 57,19 | R\$ 2.859,50 |

1.2 - Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 - A ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 - A aquisição de faz necessária para atendimento da “Campanha do Agasalho”, onde serão entregues a crianças e idosos carentes ou em situações precárias do município. Considerando a situação de vulnerabilidade em que vivem alguns munícipes, que não possuem abrigos adequados para viver e por isso, sofrem na época mais fria do ano, por não terem condições de adquirir roupas apropriadas para o frio, que



muitas vezes acarreta problemas de saúde. O período de inverno é a estação do ano a qual mais facilita a propagação de doenças respiratórias, virose e demais complicações em consequência do frio. A falta de agasalho colabora para a piora desse quadro que, muitas vezes, tem como resultado o óbito. Consoante as mudanças climáticas e a grande necessidade de ajudar ao próximo com intuito de construção de cidadania o Fundo Municipal de Assistência Social pretende mostrar melhorias significativas para a sociedade, que distribuirá os itens para aquecer a quem precisa, diminuindo o sofrimento das pessoas na época de inverno. Contribuindo para saúde e bem-estar de pessoas em vulnerabilidade por meio do auxílio assistencial.

2.3 - A presente aquisição encontra respaldo na Lei de Benefícios Eventuais (Bens de Consumo) – Lei Municipal nº 506/2013, que regulamenta a concessão dos benefícios eventuais da Política de Assistência Social. A quantidade solicitada se dá pelo levantamento de famílias cadastradas no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e na Secretaria de Assistência Social.

2.4 - O sistema Único de Assistência Social organiza as ações da assistência social, sendo a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Engloba também a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Buscamos tratar constantemente as famílias em vulnerabilidade com projetos sociais, oficinas, sempre proporcionando um momento de lazer.

2.5 - Conformidade com as Normativas Vigentes: Os itens adquiridos estarão em conformidade com as normas e regulamentações técnicas, garantindo a qualidade e segurança dos equipamentos.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 - A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos constante no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 - A priori, o Município de São Simão-GO apoia e coopera com todas as iniciativas para sustentabilidade. No entanto, deve-se observar se os materiais possuem selos ou certificações.

Subcontratação

4.2 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 - O prazo de entrega dos itens é de 10 (dez) dias, contados da Emissão pelo Departamento de Compras da Ordem de Fornecimento, em remessa parcelada.

5.2 - Os agasalhos deverão ser entregues na Secretaria de Assistência Social, Rua 32, Quadra 21, s/nº, Centro, São Simão-GO.

Garantia

5.3 - O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.4 - O prazo de garantia dos materiais não poderá ser inferior aos prazos estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor ou do certificado de garantia do produto, a contar do recebimento definitivo.

5.5 - Os agasalhos deverão estar em plena validade, observando-se os prazos indicados pelos fabricantes.

5.6 - Não serão aceitos materiais com validade vencida ou com data de fabricação defasada que comprometa a sua plena utilização.

5.7 - A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame será(ão) responsável(is) pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ressecados ou não compatíveis com as especificações.

5.8 - Durante o prazo de garantia dos materiais o fornecedor fica obrigado a substituir o material defeituoso no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

5.9 - O custo referente ao transporte dos materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.10 - A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.6.1 - Fica designado pela Administração para fins de fiscalização e acompanhamento do contrato a servidora Fernanda Souza Silva CPF: 910.998.891-20.

Fiscalização Técnica

6.7 - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1 - O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3 - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4 - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5 - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8 - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1 - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à

autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 - Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 - Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

7.5 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9 - Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1 - O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10 - Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1 - o prazo de validade;
- 7.10.2 - a data da emissão;
- 7.10.3 - os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4 - o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5 - o valor a pagar; e
- 7.10.6 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13 - A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



7.15 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18 - O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19 - No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

Forma de fornecimento

8.2 - O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação



8.3 - Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12 - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13 - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

8.16 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17 - Certificado de regularidade relativa ao FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

8.18 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

8.19 - Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

8.20 - Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

8.21 - Certidão negativa de falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data de sua expedição - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);;

8.22 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

8.23 - Certidão Simplificada, ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);

8.24 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa, cuja comprovação será exigida somente para efeito da assinatura do contrato ou instrumentos que o substitua.

8.25 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 2º do Art. 43, da LC 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.26 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.27 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

8.28 - Comprovação de aptidão (Atestado Capacidade Técnica) para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28.1 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados para pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, comprovando sua aptidão de desempenho de atividade condizente com o objeto da respectiva licitação.

8.28.2 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.28.3 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.28.4 - Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos apresentados apurada o(a) pregoeiro(a), mediante simples conferência ou diligência, implicará na inabilitação da respectiva licitante e envio dos documentos para o **MP/GO** (Ministério Público de Goiás), para apuração, se possível, de prática delituosa, conforme **art. 178 da Lei Federal 14.133/2021, art. 337-I capítulo IIB Decreto 2848/1940**

8.28.5 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29 - Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1 - A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.29.2 - A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3 - A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.29.4 - O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.29.5 - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.29.6 - Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.7 - A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 - O custo estimado total da contratação é de R\$ 68.672,30 (sessenta e oito mil, seiscentos e setenta e dois reais e trinta centavos), conforme custos unitários apostos na [tabela acima].

9.2 - Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento 2024.

10.2 - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: [05.01];
- II) Fonte de Recursos: [1.000];
- III) Programa de Trabalho: [0828];
- IV) Elemento de Despesa: [3.3.90.32];
- V) Ficha: 395

10.3 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10.4 - As despesas com a contratação de que trata o objeto deste instrumento está a cargo dos elementos orçamentários próprios.

São Simão – GO, 15 de março de 2024.

Karine Christina de Carvalho
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social
Decreto 1125/2023

Daiane Domingues Torres
Gestora Municipal de Desenvolvimento Social
Decreto 1295/2023